



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Apresentação: 02/08/2021 17:37 - CMULHER

REQ n.39/2021

Requer que esta Comissão solicite ao Ministério da Saúde, face aos encaminhamentos propostos na audiência pública que debateu a Portaria nº 13/2021 da SCTIE do Ministério da Saúde, a disponibilização dos dados referentes à execução orçamentária das políticas que dizem respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

Senhora Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos regimentais, que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher solicite ao Ministério da Saúde, face aos encaminhamentos propostos na audiência pública que debateu a Portaria nº 13/2021 da SCTIE do Ministério da Saúde, a disponibilização dos dados referentes à execução orçamentária das políticas que dizem respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em conjunto com as Comissões de Legislação Participativa e de Seguridade Social e Família, realizou audiência pública no dia 16 de julho para debater o tema “A Portaria nº 13/2021 da SCTIE do Ministério da Saúde”, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218552604400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

dolutedegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O evento contou com a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Fiocruz e de diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Emilly Marques, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras destacou que o SUS possui caráter universal e que, ao selecionar um determinado grupo, a Portaria apresenta um viés racista e eugênico.

Um dos representantes do Ministério da Saúde, Antônio Rodrigues Braga Neto, alegou que a delimitação do grupo se deveu a restrições orçamentárias.

Considerando a argumentação apresentada pelos representantes do Ministério da Saúde no sentido de que a delimitação do referido grupo se deveu a questões orçamentárias, sugerimos a aprovação do presente requerimento para que **este Colegiado solicite ao referido Ministério a disponibilização dos dados referentes à execução orçamentária das políticas que dizem respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.**

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218552604400>

